



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Praça Antenor Fagundes, s/n, sala 1 do 1º conjunto de multimídias – Centro – Ed. das Procuradorias de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Data: 15/08/2019

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dra. Raquel Crispino (TJRJ); Dr. Marcos Fagundes (MPRJ); Sra. Carolina Carmo (ARPEN-RJ); Dra. Eliane Pereira (MPRJ); Dra. Fátima Saraiva (DPGE/RJ); Sra. Flora Neves (DETRAN/RJ); Dra. Luciene Torres Pereira (DPGE); Sra. Karla F. da Silva (SEASDH); Sra. Luana Evaristo (MPRJ/COESUB); Sra. Luiza Buzgaib Martins (UERJ/NESSA); Sra. Marinete Tani (TJRJ); Sra. Mayara Rodrigues (DPGE/RJ); Sra. Natália Oliveira Velasco (DETRAN/RJ); Sr. Pedro Árias (Prefeitura); Sra. Roberta Martins (SMASDH/SUBIPC); Sra. Tula Brasileiro (MPRJ/COESUB);

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – Planilha de ações

Tula iniciou dizendo que a atividade de visita do Rocha Faria diz respeito ao GT Unidades Interligadas, mas que está planilha por que a ação é de 2016.

Dra. Raquel diz que já que existe o GT em questão, seria bom que essa ação fosse realizada nele, mas que a Tula trouxesse notícias das reuniões.

Tula disse que o GT continua acompanhando os índices e oficiando maternidades e cartórios. E, que os ofícios são assinados pelo Comitê e pelo MPRJ para saber como anda o cumprimento da Lei nº 7088/2015 (lei estadual – RJ), além de questionar a redução de índices em algumas unidades. E, que o DETRAN/RJ deu a notícia que irá expandir nas maternidades.

Dra. Raquel explicou que uma parte dos objetivos de se colocar um posto do DETRAN nos cartórios é porque uma parte do sub-registro se dá por ausência de documento dos pais. E, que o outro objetivo é mais imediato e que interessa mais ao Estado é que há um grupo grande de crianças desaparecidas no Rio de Janeiro e que fazer a carteira de identidade da criança assim que nasce é o ideal. E que o produto mediato do DETRAN/RJ será mapear o perfil de quem não foi identificado para saber se o registro não foi feito é por ausência do pai ou se é porque as mães/pais não têm documento.

Flora ressaltou que o mobiliário, o espaço e a internet tem que ser por conta da maternidade. E que o ideal é que esse espaço fique localizado próximo ao local de saída das mães.

Dra. Raquel sugeriu que sejam feitas reuniões com a saúde quando da instalação do espaço do DETRAN/RJ para explicar a proposta, elencar os objetivos, tirar dúvidas, etc.

Tula manifestou entendimento que as questões estruturais cabem no GT Documentação.

Dra. Raquel sugeriu que a ação seja substituída para “perspectivas de integração entre as Unidades Interligadas e o DETRAN/RJ”.

Tula lembrou a pesquisa realizada pelo MPRJ, através da Assessoria de Direitos Humanos, e disse que estão sendo pensadas formas de divulgação, e, dentre elas a apresentação em um dia de reunião no GT Documentação. E, sugeriu que em setembro ou outubro seja feita uma reunião conjunta entre o GT Documentação e o GT Unidade Interligadas para apresentação dos dados levantados pela pesquisa.

O grupo seguiu com a leitura e atualização da planilha.

Dra. Raquel informou que o Ministro Tóffoli está com um projeto chamado “Justiça Presente” para identificação criminal e civil e identificação dos presos no Brasil. E, que até o final do ano será feito um levantamento de como funciona todas as bases de dados.

Informou ainda que, na SEAP existe o Programa Identificando o Cidadão. E, que no DEGASE há um trabalho mais recente, feito pela Dra. Janaína Pagan, de elaboração do Regimento Interno que prevê a questão documental.

Sobre o CPF deixar de ser a chave de acesso aos direitos sociais, o grupo decidiu retirar a ação pertinente da planilha visto que já tem lei em sentido contrário.

Sobre a CTPS, o grupo optou por deixar a ação na planilha até que o Governo Federal dê uma solução acerca do novo modelo digital.

Sobre a exigência de Certidão de Nascimento para a emissão da CTPS, Dra. Raquel sugeriu que seja feito um ofício para o MTE orientando-os a utilizarem o banco de dados do SIRC e da CRC. E, explicou que não entende correto fazer essa exigência do cidadão.

Roberta Martins se colocou à disposição para elaborar o ofício para o MTE. Dra. Raquel pediu que a Tula a auxilie.

Tula propôs que seja elaborado um esboço do ofício para ser revisado na próxima reunião.

A próxima reunião foi agendada para o dia **19/09/2019**, às **10:30h**.